

A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

THE SCHOOL AND FAMILY RELATIONSHIP OF PERSONS WITH DISABILITIES IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS: A BIBLIOGRAPHICAL RESEARCH STUDY

Carla Pereira¹
Alessandra Soares²

RESUMO

A relação entre escola e família da pessoa com deficiência constitui um dos principais fatores que contribuem para o seu processo de ensino e aprendizagem, representando um desafio significativo, tanto para os profissionais da educação quanto para os familiares. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a família é a base da sociedade e, portanto, é o primeiro espaço educativo da criança. Assim, família e sociedade desempenham um papel importante na transmissão do conhecimento. O presente artigo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a participação da família no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, enfatizando a importância dessa relação, as contribuições da legislação para efetivação dessa interação e as novas configurações familiares. Foi realizado um estudo com abordagem qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica compreendendo que essa metodologia possibilita conhecer mais o objeto de estudo. Com base em trabalhos publicados no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes e Revista Educação Especial, em que só foram encontrados cinco trabalhos e por isso optou-se por ampliar a pesquisa para a plataforma Google, na qual finalizou em 15 trabalhos que tinham relação com o objeto de estudo. A análise dos trabalhos emergiram três categorias: a) a relação escola e família da pessoa com deficiência, em que as pesquisas pontuam para a necessidade de que as instituições de ensino estejam atentas para as diferentes dinâmicas familiares, pois compreende-se que tanto a escola como a família são contextos de desenvolvimento humano, além da existência de lacunas que permeiam essa interação, muitas vezes, resultando em uma relação unilateral, em que a responsabilidade recai na escola.; b) capacitação dos professores e a relação com a família em que compreende-se que tanto a escola como a família são contextos que necessitam de formação, bem como a falta de articulação entre tais instituições; c) fatores que contribuem para a relação escola e família no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, que se constitui na assistência aos familiares, criação de espaços democráticos que estimulem essa participação, a formação adequada dos profissionais da educação e dos familiares, além dos fatores econômicos, históricos e culturais presentes no seio familiar, os quais exercem influência no processo de ensino e aprendizagem, bem como um sistema de articulação entre as instituições envolvidas.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; relação escola e família; ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal Rural do Semi Árido (Campus Angicos). E-mail: carla.pereira54404@alunos.ufersa.edu.br

² Professora Orientadora, pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos). E-mail: alessandrasoares@ufersa.edu.br

The relationship between school and family of people with disabilities is one of the main factors that contribute to their teaching and learning process, representing a significant challenge for both education professionals and family members. According to the Brazilian Constitution of 1988, the family is the basis of society and, therefore, is the child's first educational space. Thus, family and society play an important role in the transmission of knowledge. This article aims to analyze the factors that contribute to family participation in the teaching and learning process of people with disabilities, emphasizing the importance of this relationship, the contributions of legislation to implement this interaction and new family configurations. A study was carried out with a qualitative approach based on bibliographical research, understanding that this methodology makes it possible to learn more about the object of study. Based on works published in the Database of Theses and Dissertations of Capes and Revista Educação Especial, in which only five works were found and therefore it was decided to expand the search to the Google platform, which ended up in 15 works that had relationship with the object of study. Three categories emerged from the analysis of the work: a) the relationship between school and the family of people with disabilities, in which research highlights the need for educational institutions to be attentive to different family dynamics, as it is understood that both the school as the family are contexts of human development, in addition to the existence of gaps that permeate this interaction, often resulting in a unilateral relationship, in which the responsibility falls on the school; b) teacher training and the relationship with the family in which it is understood that both the school and the family are contexts that require training, as well as the lack of coordination between such institutions; c) factors that contribute to the school and family relationship in the teaching and learning process of people with disabilities, which consists of assistance to family members, creation of democratic spaces that encourage this participation, adequate training of education professionals and family members, in addition to the economic, historical and cultural factors present within the family, which influence the teaching and learning process, as well as a system of coordination between the institutions involved.

Key words: Disabled people; school and family relationship; teaching and learning.

1 INTRODUÇÃO

As discussões recentes sobre a importância da relação entre escola e família, especialmente no contexto educacional da criança com deficiência, têm impulsionado pesquisas nesse campo. O processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem desses cidadãos se torna desafiador para os profissionais da educação, bem como para seus familiares.

A chegada de um filho representa um momento de expectativa para os pais, que passam a planejar cada detalhe desse novo ser, enxergando-o como a continuidade de uma história, e a realização de projetos que não foram concretizados em sua juventude, desse modo, desejando um filho “perfeito”. Entretanto, quando a criança apresenta alguma deficiência, toda estrutura familiar é afetada diante dos desafios que surgem, gerando

sentimentos de ambivalência e luto pelo filho idealizado. Portanto, a escola se torna um apoio para a família, conforme destaca (Glat; 1997 *apud* Lopes, 2021).

A Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) ressalta que a família representa a base da sociedade, portanto, é também a primeira instituição educativa do ser humano. De acordo com Dessen e Polonia (2007, p. 22), tanto a escola como a família “são instituições responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado”. Desse modo, ambas são consideradas contextos fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem, colaborando para o crescimento físico, emocional, social e intelectual. Por isso, é tão importante a construção de uma parceria, pois essa relação potencializa os resultados da jornada de aprendizagem do aluno com e sem deficiência. Lopes (2021) ressalta que a literatura tem sugerido que a relação escola e família é um dos principais meios para a efetivação da inclusão escolar.

Sabe-se que o processo inclusivo não abarca apenas pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, Glat e Pletsch (2011) ressaltam que o princípio da inclusão visa abranger todos os grupos excluídos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas; enfatizando que a escola deve adaptar-se para atender todas as necessidades dos alunos. Do mesmo modo, Mantoan (2003) ressalta que a perspectiva da educação inclusiva prevê a inserção radical de todas as pessoas, sem exceção, na rede de ensino regular, para que transforme a visão educacional. Da mesma forma, é pertinente promover e facilitar a participação da família no ambiente escolar.

As legislações brasileiras, tais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) enfatizam os direitos das pessoas com deficiência, destacando o papel da família em protegê-las e assegurar-lhes educação. No entanto, não garantem direitos específicos para os pais e responsáveis desses indivíduos. Observa-se que a legislação se comenta sobre famílias de modo genérico, apontando para algum tipo de dever junto à pessoa com deficiência. Por isso, compreende-se a necessidade de políticas públicas e leis que garantam os seus direitos.

De acordo com Dessen e Polonia (2007, p. 22) a criança está “imersa nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social”. Ou seja, o seu desenvolvimento é amplamente influenciado pela conjuntura, como a estrutura socioeconômica, as normas culturais e os eventos históricos que moldam sua vida e experiências. Tal constatação só evidencia o quanto essas famílias carecem de assistência e apoio constante para que consigam colaborar, de forma digna, com a aprendizagem dos seus filhos.

A motivação para realização dessa pesquisa se deu a partir das minhas vivências com uma pessoa com Síndrome de Down. Ao conhecer a dinâmica familiar, constatei que o processo de educação formal dessa pessoa foi interrompido ainda nos primeiros anos do ensino básico em virtude da sua perda de interesse em frequentar a escola. Os familiares manifestaram um sentimento de aceitação sem buscar intervir ou compreender os motivos que a levaram a não desejar mais frequentar o ambiente escolar.

Durante toda minha trajetória acadêmica, especialmente durante o estudo do componente curricular de Educação Especial e Inclusiva, pude compreender a importância da família e sua participação no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, reconhecendo sua relevância para o desenvolvimento da criança. Tais experiências me fizeram refletir sobre o papel da escola e da família nesse processo, destacando a importância da relação entre essas duas instituições, em que foi possível perceber a ausência dessa parceria nas vivências familiares da minha cunhada com Síndrome de Down.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a participação da família no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Para responder a essa questão, foram consultados trabalhos publicados no Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES e na Revista Educação Especial. Na primeira fonte, foram encontrados treze artigos, contudo, apenas três tinham relação direta com a temática abordada. Na segunda fonte, foram encontrados dezesseis trabalhos, porém, somente dois se aproximaram do objeto de estudo. Nesta circunstância, tendo em vista a escassez de trabalhos, optou-se por ampliar a pesquisa para outras fontes. A coleta de informações e dados foi realizada no período compreendido entre agosto e setembro, abrangendo os anos de 2015 a 2023, tendo como justificativa para a escolha do recorte a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015), visando identificar e explorar os aspectos norteadores deste trabalho. Com essa finalidade, foram utilizados os seguintes descritores: “pessoas com deficiência”; “relação escola e família”; e “ensino e aprendizagem”. Durante o percurso metodológico foram selecionados trabalhos com os quais se realizou leitura do resumo, introdução e resultados, classificando-os de acordo com a característica da deficiência, público-alvo, autores, ano e local da publicação, totalizando quinze trabalhos.

A pesquisa bibliográfica é um método pelo qual o pesquisador busca por trabalhos já publicados, que discutem o tema ou questões da investigação. Um dos seus objetivos é compreender e analisar como o assunto vem sendo abordado, a fim de encontrar respostas

para resolver determinado problema. Esse método consiste na seleção de fontes relevantes contidas, principalmente, em livros e artigos:

A pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa (Bocato *apud* Souza *et al*, 2021, p. 67).

A seguir, apresentaremos a análise das contribuições da legislação brasileira para a efetivação da relação entre escola e família, seguido do olhar sobre as novas configurações familiares. Posteriormente, serão expostos os trabalhos identificados, bem como as três categorias de análises que emergiram dos dados: a relação escola e família da pessoa com deficiência, capacitação dos professores e a relação com a família e fatores que contribuem para a relação família e escola no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. Por fim, traremos algumas considerações a respeito de todo o percurso desta pesquisa e seus resultados.

2 CONTRIBUIÇÕES DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA A EFETIVAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

As legislações em vigor no Brasil reconhecem a importância da relação entre escola e família, estabelecendo diretrizes para que esta seja implementada de forma eficaz, devido sua importância no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência.

A resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, estabelece as Diretrizes para a Educação Especial, destacando o papel da família na identificação das deficiências, e na tomada de decisões sobre o atendimento adequado. Essa parceria entre escola e família é crucial para o desenvolvimento de sua aprendizagem, pois permite que os professores adaptem suas práticas pedagógicas de acordo com as necessidades e potencialidades individuais do aluno, com base nas informações fornecidas pela família. No art. 8º, a lei estabelece que o processo inclusivo da pessoa com deficiência no contexto educacional deve acontecer de forma cooperativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) estabelece, nos artigos 12ª VI e VII, que as instituições de ensino devem promover um diálogo com as famílias, compartilhando informações sobre a frequência e o desempenho escolar dos alunos, bem como a execução da proposta pedagógica.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), no parágrafo único

do capítulo IV, estabelece que a família tem o direito de ser informada sobre os processos pedagógicos que estão sendo desenvolvidos com os seus filhos, além de tornar obrigatório que as escolas permitam que os pais e responsáveis participem ativamente da definição dos métodos e técnicas educacionais a serem adotadas.

É crucial que a escola seja transparente em suas ações no processo de ensino da criança, e que também esteja aberta para ouvir os anseios de seus familiares em relação ao desenvolvimento da aprendizagem. Os professores desempenham um papel importante, conforme fica evidente no artigo 13º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Brasil, 1996). Os docentes devem colaborar com a articulação entre escola e família. Essa parceria contribui para que seja construída uma rede de apoio, refletindo diretamente no sucesso escolar do aluno.

Como é possível perceber, as legislações ressaltam a importância do envolvimento ativo da família no desenvolvimento do currículo, na formulação da proposta pedagógica, na seleção de metodologias de ensino, nas atividades conduzidas em sala de aula, dentre outros aspectos, em que enfatiza que a escola deve promover essa participação, fazendo com que essas famílias se sintam parte do processo educativo de seus filhos.

2.1 UM OLHAR SOBRE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Observa-se que nos últimos anos, com as mudanças sociais, econômicas e culturais, o conceito de família tem evoluído e ganhado novos contornos, em comparação não só com as concepções tradicionais compostas por pais, mães e filhos tidas como o modelo de família nuclear correto, mas também conservadoras, reacionárias e heterocentradas que demarcam teoricamente e politicamente esses novos contornos. A Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), no artigo 226, estabelece que família é aquela formada pela união estável entre o homem e a mulher, e possui especial proteção do Estado, devendo este facilitar o seu casamento.

Tais mudanças resultam em novas configurações familiares que são cada vez mais diversas e plurais, caracterizada por outros arranjos que se diferenciam das concepções tradicionais, entre os quais, se destaca a família constituída por laço afetivo ou adotivo, em que não se pode deixar de fora as famílias homoafetivas que costumam ser aqueles que adotam crianças rejeitadas por possuírem alguma deficiência física/motora/intelectual, nas quais não há nenhum traço biológico; família reconstituída, formada a partir de um novo casamento, em que há filhos de relações anteriores; família de casal sem descendência

biológica; e as famílias constituídas por alguma parentalidade. Essas relações familiares modificadas adotam uma abordagem educacional, transmissão cultural e valores, bem como uma outra dinamicidade que influencia diretamente no desenvolvimento do indivíduo.

Essas modificações exigem uma nova perspectiva por parte da sociedade que reconheça essas transformações, e busque diferentes formas de promover a educação familiar, que atenda ao contexto dessa nova reconfiguração. Família é uma entidade complexa que permeia uma rede de interações e que não pode ser definida apenas pelos laços biológicos, mas por um conjunto de fatores, incluindo o significado das interações e relações entre pessoas, refletindo uma discussão mais abrangente (Petzold; 1996, apud Dessen & Polônia, 2007).

As instituições familiares se distinguem por meio de vários aspectos como estrutura, organização, cultura e faixa etária, e não corresponde mais a um modelo tradicional nuclear (Dessen e Lewis; 1998; Amagda; 2000, apud Lizeo, 2021). Coadunando com essa perspectiva, Lima (2018, p. 24) ressalta que “a família atualmente não segue mais um padrão, mas, um modelo heterogêneo, rompendo com a concepção de família na figura do pai, mãe e filhos”.

O processo educativo da pessoa com deficiência exige, especialmente, o acompanhamento da família, para que o assista, de forma a integrá-lo na sociedade. Além disso, sabe-se que esse percurso é fundamental para o desenvolvimento e socialização tanto da pessoa com ou sem deficiência.

Desse modo, compreender as diferentes organizações familiares é fundamental para aceitá-las e incluí-las nos diversos contextos da sociedade, sem preconceito. Isto promoverá um trabalho educativo mais inclusivo, colaborando para o sucesso escolar dos alunos.

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE DA PESQUISA

Para que fossem construídos os aspectos com os quais esse estudo se propõe, foi realizado um estudo de pesquisa bibliográfica por meio da busca de trabalhos que estivessem relacionados com o objeto de estudo, compreendendo os anos de 2015 a 2023, tendo como justificativa para a escolha do recorte a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015). Cabe destacar que, embora a investigação estivesse focada nos anos supracitados, não foram descartados os estudos publicados em anos anteriores, pois era importante ponderar sobre o assunto. Para a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: pessoas com deficiência; relação escola e família; ensino e aprendizagem.

O levantamento bibliográfico foi realizado com base na Revista de Educação Especial (REE) e no Banco de Dados de Teses e Dissertações - CAPES (CTD). No total, foram localizados 29 trabalhos. Na primeira fonte foram encontrados treze artigos, dos quais três tiveram relação com o objeto de estudo. Já na segunda, de dezesseis trabalhos, somente dois estavam relacionados ao tema da pesquisa.

Tendo em vista a escassez de trabalhos optou-se por ampliar a pesquisa. Dessa forma, quando os descritores foram colocados no campo de pesquisa da plataforma google, foram aparecendo outros trabalhos, os quais foram selecionados de acordo com a relevância e aproximação com o tema, visando a ampliação do objetivo de estudo. Dentre essas fontes, destacamos o Repositório Institucional da UFC (RI); Repositório Institucional da UFPB (RI); Repositório Institucional UFJF (RI); Biblioteca Digital de Monografias da UFMA (BDM); Plataforma Sucupira - CAPES (PS); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE); Educação em Revista (EDUC.REV) e Paidéia.

Inicialmente foi feita a leitura do resumo, introdução e resultados dos trabalhos. Foram selecionados 15, e classificados por características das deficiências, público-alvo, autores, ano, local da publicação e metodologia. A seguir, o quadro 1 apresenta estas informações, divididas por título, ano, autores e fontes.

Quadro 1- Trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico

Nº	Título	Ano	Autores	Fonte	Tipo
1	Importância da Família no processo de Educação Inclusiva	2005	OLIVEIRA, Luzanira Alves de.	RI	Monografia
2	Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança: análise da revista brasileira de educação especial.	2018	OLIVEIRA, Noninlia Alice Quirino de.	RI	Trabalho de conclusão de curso (TCC)
3	A contribuição da família nos processos de aprendizagem de estudantes com TEA.	2022	OLIVEIRA, Thaylla Ribeiro de.	BDM	Artigo
4	Educação especial e políticas públicas: o papel da família e das instituições de educação.	2021	MELLO, Marcelo Henrique de.	PS	Dissertação
5	Relação família e escola de alunos com transtorno do espectro autista matriculados no ensino fundamental I	2021	LIZEO, Lígia Maria de Almeida.	PS	Dissertação

6	A relação família e escola na visão de professores após curso de formação continuada.	2022	GARCIA, Luciana Marolla; CIA, Fabiana; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho.	REE	Artigo
7	Atendimento Educacional Especializado: articulação entre professor do AEE, da sala comum e família do aluno PAEE em duas Escolas Públicas do Município de Parintins (AM):	2023	LIMA, Merianne da Silva; SANTOS, João Otacílio Libardoni dos.	REE	Artigo
8	Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares.	2011	LIMA, Solange Rodovalho; MENDES, Enicéia Gonçalves.	RBE E	Relato de pesquisa
9	Avaliação da intensidade de apoio do aluno com deficiência intelectual: implicações para o contexto familiar e educacional.	2022	FERREIRA, Ewelyn Pinheiro.	PS	Dissertação
10	A relação família-escola: intersecções e desafios	2010	OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAÚJO, Claisy Maria MARINHO.	EP	Artigo
11	Educação Inclusiva e os Desafios da Relação Entre a Escola e a Família: a experiência da Rede Municipal de São Luís.	2021	LOPES, Nice Cleudes Borges.	RI	Dissertação
12	Família - Escola - Criança com Transtorno do Espectro Autista: Percepção de Pais e Professoras	2021	CABRAL, Cristiane Soares; FALCKE, Denise; MARIN, Angela Helena.	RBE E	Artigo
13	Educação inclusiva e família: uma abordagem entre as legislações e as percepções teóricas.	2018	LIMA, Oscarina Alves de.	BDT D	Dissertação
14	A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional	2013	SOBRINHO, Reginaldo Célio; ALVES, Edson Pantaleão.	EDU C. REV	Artigo
15	A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano	2007	DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana Costa.	PAID ÉIA	Artigo

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 1 demonstra um avanço significativo na publicação de trabalhos voltados para a temática relação escola e família, destacando-se sobretudo no período que compreende os anos de 2018 a 2022.

É possível notar que a relação entre escola e família é um tema constante nos trabalhos mencionados. Os autores buscam destacar a importância dessa parceria, apresentando suas contribuições. No entanto, percebe-se uma lacuna da maneira como a família pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, em um contexto educacional não formal.

Essa lacuna sugere que as pesquisas não reconhecem ou ignoram o papel da família fora do ambiente escolar, que também se configura como um espaço formativo importante para a criança. Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) a educação transcende os limites da escola, incluindo diversas dimensões e processos formativos. A família compartilha funções sociais, políticas e educacionais com a escola, influenciando na formação do cidadão, conforme destacam Dessen e Polonia (2007).

Diante disso, é fundamental reconhecer o papel do ambiente familiar na formação do indivíduo, auxiliando-o no desenvolvimento de habilidades para atividades da vida diária. Ele é importante para promover autonomia, autoestima, autocuidado, suporte emocional, encorajamento, aceitação, comunicação, socialização e oportunidades de lazer. Portanto, a família desempenha um papel ativo na identificação das barreiras que impedem o desenvolvimento do seu filho, participando desse processo tanto na escola quanto no ambiente doméstico.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual dos trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico. Nota-se que, no intervalo de 2005 a 2011, só foi localizado 1 trabalho por ano. Os números aumentam, gradativamente, a partir de 2018, conforme ilustrado abaixo.

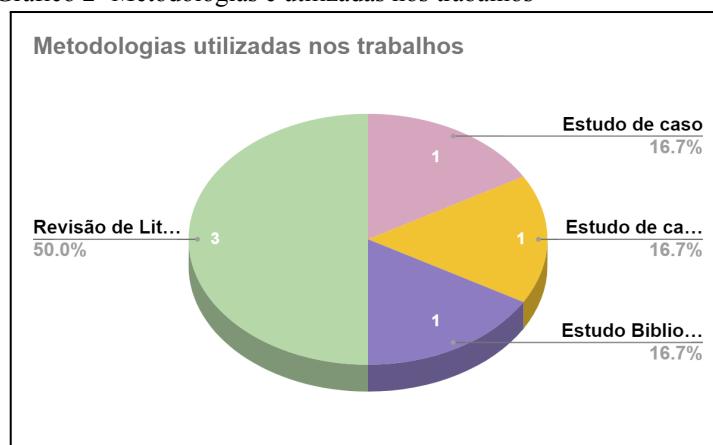
Gráfico 1- Percentual de trabalhos publicados ao longo do período.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A metodologia utilizada nos trabalhos encontrados envolveu estudo de caso, estudo de campo, estudo bibliográfico específico, revisão de literatura, instrumento de avaliação de intensidade de apoio, entrevista semiestruturada e questionário online. Alguns deles tinham como característica a abordagem qualitativa, abordagem com caráter exploratório e transversal, pesquisa de cunho descritivo e estudo de campo com caráter analítico. Cabe destacar que a maioria do público-alvo eram alunos com deficiência de modo geral; Transtorno do Espectro Autista, bem como seus pais, familiares, gestores e professores.

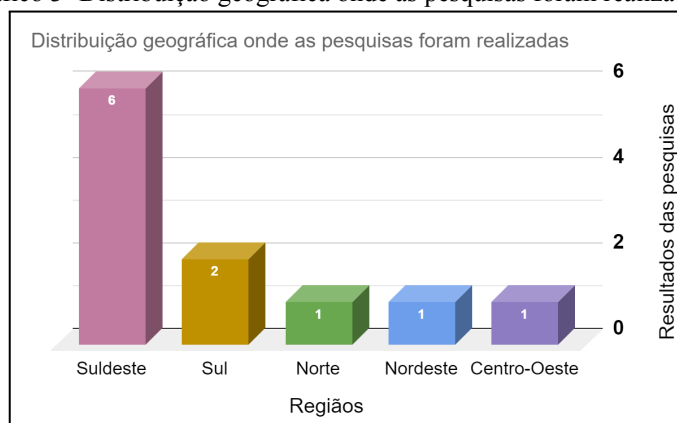
Gráfico 2- Metodologias e utilizadas nos trabalhos



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Cabe destacar que a maioria dos trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico foram realizados na região Sul e Sudeste do país. Sendo que apenas o estudo de Oliveira (2018) constitui uma exceção, realizado no Nordeste, mais precisamente em João Pessoa- PB. Dessa maneira, percebe-se que a temática discutida neste trabalho ainda não recebeu a devida atenção, sendo pouco abordada nas regiões Norte e Nordeste, e se mostra relevante a investigação nestes lugares. O gráfico 3, a seguir, apresenta a distribuição geográfica onde foram realizadas essas pesquisas.

Gráfico 3- Distribuição geográfica onde as pesquisas foram realizadas.



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

3.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Durante a análise das pesquisas, foi identificada uma lacuna na relação entre escola e família, caracterizada por diversos fatores. Verifica-se que, frequentemente, a responsabilidade por essa interação recai sobre a escola e os professores. Entretanto, compreende-se que tanto a escola quanto a família, apesar de desempenharem funções distintas, não operam isoladamente, mas são complementares e indissociáveis na responsabilidade de auxiliar a criança no processo de ensino aprendizagem. Portanto, torna-se evidente a necessidade de as instituições de ensino repensarem essa cooperação, criando estratégias para envolver a família de forma mais efetiva. Essa atitude é fundamental para que elas se sintam incluídas no contexto educacional do seu filho, recebendo assistência e apoio por parte de toda equipe escolar.

Oliveira (2018), ao analisar os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial, sobre a interação entre família e escola no processo de ensino e aprendizagem da criança, no período de 2007 a 2017, constatou que apenas quatro artigos abordavam essa interação, com o último publicado em 2013. Assim, apesar da relevância do tema para a qualidade da educação do aluno com deficiência, quando se fala da interação família e escola, os estudos ainda são escassos. A autora realizou uma análise bibliográfica específica e de cunho qualitativo, realizada em João Pessoa-PB, tendo como público-alvo as famílias de pessoas com deficiência, bem como as instituições de ensino.

Para a autora, “a família e a escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano, é marco de referência existencial” (Oliveira, 2018, p. 12). Dessa forma, quanto maior a parceria entre elas, mais satisfatórios serão os resultados sobre o desempenho escolar do aluno com deficiência. O estudo de Oliveira e Araújo (2010) aponta que, na maioria das vezes, a responsabilidade para construir essa relação recai sobre a escola por possuir formação específica. Assim, embora ainda se acredite que a colaboração entre família e escola seja exclusivamente de responsabilidade dos profissionais da educação, no estudo feito por Oliveira (2018), observa-se que essa é uma questão que envolve todos os contextos. Isto é, tanto a escola quanto a família se tornam responsáveis por promover o desenvolvimento do educando, estabelecendo planejamentos e acordos mínimos, bem como uma educação de qualidade.

Nessa mesma perspectiva, Garcia, Cia e Capellini (2022) utilizaram um questionário online com 147 professores de um curso de formação continuada, para analisar quais as percepções que estes têm sobre a relação família e escola. Foi constatado que eles

compreendem a importância dessa relação, reconhecendo tanto a escola quanto a família como responsáveis por esse processo. Os autores evidenciam que todos que fazem parte da escola devem contribuir para o pleno desenvolvimento do educando. Assim, destacam que essa interação deve fazer parte do planejamento do professor, para que este conheça o aluno não apenas sob sua ótica, mas também pelos pais.

Coadunando com essa perspectiva, Sobrinho e Alves (2013) apresenta as contribuições de interdependência de Norbert Elias, em que o sociólogo considera que os indivíduos estão interligados e estão em um processo constante de mudança e desenvolvimento, onde há poder em toda e qualquer relação (Norbert Elias 2013, *apud* Sobrinho e Alves). Ainda destaca que, muitas vezes, a relação entre família e escola se dá pela “via da complementaridade nós-eles”, em que a escola assume uma posição dominante ao determinar como deve ser a participação dos pais no processo educativo dos filhos, subjugando e ignorando a capacidade destes de colaborar com esse processo. O autor destaca que a interdependência presente nos vínculos sociais é um fator que pode mudar a distribuição de poder, revelando-se como meio de aproximação entre as pessoas.

Acerca da presença de poder nas relações escolares, Lima (2018) analisou como a família se envolve no processo de inclusão escolar e quais seus reflexos no núcleo familiar, ressaltando que crianças que vivem em famílias não tradicionais enfrentam desafios para a sua inclusão. A educação perpassa os muros da escola e se desenvolve em diversos espaços, em que há uma disputa de poder que também adentra o contexto escolar. Desse modo, a autora ressalta que a educação inclusiva está relacionada a esse controle de poder. Nesse sentido, é importante reconhecer as particularidades dessas famílias e suas configurações.

O estudo de Cabral, Falcke e Marin (2021) teve como foco mães, pais e professores de quatro crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e corte transversal, realizada em São Leopoldo e Porto Alegre/Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre família e escola de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciando que o relacionamento entre pais/família e escola acontece de forma unilateral, caracterizada por trocas de informações e cobranças. Os autores ressaltam que, frequentemente, a escola tende a responsabilizar as famílias pelas dificuldades enfrentadas no processo de aprendizagem, sem oferecer o apoio adequado, não reconhecendo sua realidade. Além disso, outros desafios são apontados pelos autores, tais como a dificuldade em compreender e lidar com o comportamento do filho; relação fragilizada com os profissionais da saúde, bem como a falta de apoio.

Oliveira e Araújo (2010) também apontam essa questão, enfatizando que essa relação, frequentemente, está associada com alguma situação-problema, em que a escola costuma ditar as regras sobre como educar filhos, seguida pela diminuição da participação dos pais em seu processo educativo. De acordo com as autoras, essas abordagens centradas em problemas pouco contribuem para fortalecer essa relação, em benefício do desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos. Cabral, Falcke e Marin (2021) ressaltam a importância de repensar essa relação familiar, enfatizando que a escola precisa conhecer suas diferentes dinâmicas.

Na esteira dos estudos anteriores, Lopes (2021) realizou, em Juiz de Fora/ MG, uma pesquisa que teve como objetivo analisar a relação escola e família de pessoas com deficiência e TEA, em duas escolas da rede municipal de ensino de São Luiz. O público-alvo da pesquisa incluiu gestores escolares, alunos com deficiência e TEA, bem como suas famílias. A abordagem metodológica utilizada foi uma entrevista semiestruturada para o levantamento de informações. Os resultados evidenciaram que, embora as escolas tenham uma boa convivência com os familiares, é preciso promover uma maior aproximação. Além disso, evidencia-se a necessidade da escola em garantir a participação das famílias nos espaços democráticos da instituição.

Diante das abordagens percebidas no estudo bibliográfico é possível constatar que a literatura aponta essa relação como uma das principais formas para promover a inclusão escolar. Porém, sabe-se que a inclusão abrange todos os grupos excluídos de forma radical, sem exceções. Nesse contexto, a questão que se coloca é a seguinte: por que essa percepção, conforme indicada na literatura, não tem sido efetivada na prática?

Verifica-se que a instituição escolar ainda mantém uma visão estigmatizada em relação às famílias, quando confrontadas com esses novos contornos familiares. Ou seja, embora a escola reconheça que a estrutura familiar não segue mais um modelo tradicional, ela ainda não demonstra capacidade ou não foi devidamente instruída para respeitar e valorizar essas diferenças, devido à falta de conhecimento e capacitação. Tais condutas acabam por prejudicar o estabelecimento de uma relação mais intimista com as famílias, pois a escola passa a adotar uma visão negativa e preconceituosa em relação a elas, resultando em um distanciamento desses grupos da instituição escolar e comprometendo o processo de ensino e aprendizagem da pessoa com e sem deficiência.

Ao compreender a perspectiva de que a família está imersa em condições materiais, históricas e culturais, conforme destacam Dessen e Polonia (2007), torna-se necessário compreender a dinâmica e a configuração familiar na qual a criança está inserida. Frequentemente a escola cria estratégias para envolver as famílias no contexto escolar

baseando-se apenas em sua própria perspectiva e no que considera ser necessário, culminando em responsabilização das famílias por sua falta de participação, sem, no entanto, buscar compreender as condições que essas famílias se encontram. Essa perspectiva só demonstra a representação de poder presentes nas instituições escolares em que desconsidera completamente a representação social dos familiares.

Portanto, antes de adotar técnicas para que a família seja atraída ao contexto escolar, a escola precisa conhecer a realidade do seu público-alvo e adaptar suas estratégias de acordo com as características individuais de cada membro da família. A educação inclusiva requer que as instituições de ensino adaptem a sua metodologia, técnicas, currículos e estrutura organizacionais de modo a considerar profundamente as condições e necessidades individuais tanto das pessoas com deficiência quanto de seus familiares.

Assim, tais iniciativas exigem uma mudança de comportamento institucional por parte da escola, uma transformação da mente e reorganização curricular de forma mais profunda no sentido de estabelecer uma relação intrínseca com as famílias.

Portanto, é muito importante que a escola, enquanto campo de desenvolvimento e aprendizagem, repense suas estratégias e iniciativas adotadas para construir esse relacionamento com os pais e responsáveis. Tanto a instituição escolar quanto as famílias devem compreender que essa relação entre família e escola deve ser abordada de maneira cooperativa, caracterizada pela troca mútua, respeito, valorização e reciprocidade. Somente por meio desses elementos será possível construir um relacionamento sólido e eficaz.

3.2 CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

Durante as pesquisas realizadas foi possível observar que a falta de professores capacitados tem afetado o ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, bem como o estabelecimento de uma relação mais estreita com os familiares desses alunos. O artigo 59º, inciso III da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil, 1996), na seção sobre a Educação Especial, destaca que os sistemas de ensino devem assegurar para pessoas com deficiência professores capacitados, para oferecer um atendimento especializado, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva para todos. No entanto, essa legislação não se concretiza nas ações práticas de formação continuada, sendo evidenciadas através da análise das pesquisas, em que demonstra uma lacuna significativa no contexto escolar.

O estudo feito por Lizeo (2021) demonstra essa lacuna, na qual buscou investigar a relação família e escola de alunos com TEA, e compreender as concepções dos profissionais

da educação e da família sobre o processo de inclusão, analisando a colaboração entre essas instituições e as estratégias adotadas para garantir as leis vigentes. A pesquisa contou com a participação dos alunos com TEA, professores e familiares, por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada em Araraquara, SP.

Os resultados da pesquisa apontaram uma carência significativa na formação de professores que pode vir a prejudicar a relação entre escola e família. Outro desafio para essa construção se dá através da má compreensão sobre o conceito de inclusão, evidenciadas por esses profissionais. Tal fato acaba resultando em preconceitos que inviabilizam a articulação de um trabalho colaborativo com a família.

O estudo de Oliveira (2022), realizado em Codó-MA, que teve como metodologia um estudo de caso de uma criança com TEA, também contribui com essa perspectiva, pois buscou analisar as intervenções docentes necessárias para o processo de desenvolvimento do aluno com TEA, constatando que a falta de professores capacitados, muitas vezes, faz com que a criança seja tratada como alguém doente, o que acaba prejudicando o seu desenvolvimento. A pesquisa de Lopes (2021) constatou também a existência de lacunas na formação inicial dos professores, que acabam impedindo o trabalho de inclusão.

Mello (2021) também reforça a importância dessa formação e analisa as políticas públicas para a educação especial, o papel da família e das instituições. O autor analisou dezoito artigos, em que observou que é papel fundamental das instituições de ensino disponibilizar professores capacitados; acompanhamento e avaliação dos alunos; manejo pedagógico da diversidade; estrutura física e equipamentos tecnológicos, bem como amparo aos familiares, para que seja construído um trabalho conjunto, proporcionando uma educação de qualidade aos educandos com deficiência, conforme Mello (2021).

Já o estudo de Lima e Santos (2023) analisou a articulação entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sala comum, e professores com a família do aluno do Plano de Atendimento de Educacional Especializado (PAEE). Constatou que, apesar de educadores reconhecerem a importância da parceria entre escola e família, a realidade é precária. Por isso, há a necessidade de se elaborar o projeto político pedagógico de forma coletiva, isto é, com participação da família. Os autores argumentam que essa articulação não deve ser pensada como responsabilidade única e exclusiva dos professores e familiares, mas deve ser integrada em toda a gestão escolar, colaborando para uma efetiva inclusão.

Portanto, compreende-se que a formação inicial e continuada dos professores é um fator significativo que contribui não apenas para a inclusão escolar da pessoa com deficiência, mas também para a interação entre família e escola, uma vez que ela é fundamental para o

trabalho pedagógico do professor. Por isso, é importante que seja dada mais atenção para essa capacitação, pois ela permite que os professores desenvolvam as habilidades adequadas para adaptar o seu ensino para as necessidades individuais do aluno com deficiência. Nesse sentido, é de suma importância que os professores construam espaços de escuta, de empatia, comunicação e diálogo com os pais, compreendendo a diversidade familiar e estabelecendo uma relação de respeito.

3.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os resultados de análise da pesquisa evidenciaram que a relação entre família e escola é um fator primordial no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. Ferreira (2022) utilizou a escala de intensidade de apoio em uma escola no litoral do Paraná, e os resultados foram positivos. Também identificou lacunas que prejudicam esse processo, como a necessidade de atenção e apoio ao estado emocional dos pais, necessidade de escuta, valorização e diálogo.

Observa-se frequentemente que a ausência do envolvimento ativo da família no contexto escolar do filho com deficiência muitas vezes resulta da falta de apoio e assistência necessárias para atender as necessidades dessas famílias. Desse modo, como pode uma mãe atípica, solteira e sem uma rede de apoio, contribuir com a aprendizagem do seu filho e servir como uma ponte de apoio, quando especialmente, tais mães frequentemente enfrentam desafios emocionais e psicológicos significativos? Portanto, é fundamental reconhecer, sobretudo, que a família também requer acolhimento e assistência, para que ela aprenda a lidar com os desafios associados à presença de um membro com deficiência em casa.

A Escala de Intensidade de Apoio, proposta por Ferreira (2022), emerge como uma ferramenta importante a ser considerada e potencialmente aplicada no contexto escolar de mães, pais, responsáveis e professores de pessoas com deficiência. O seu objetivo é analisar o nível de apoio oferecido a essas famílias, tanto dentro como fora do ambiente escolar, a fim de identificar os desafios existentes e desenvolver estratégias destinadas a resolver os problemas que impedem o estabelecimento dessa relação e apoio às famílias. O autor destaca que a fomentação dessa interação colabora para que seja construída uma rede de apoio entre ambas, contribuindo para o enfrentamento de diversas causas, em que a inclusão escolar desses indivíduos é uma delas.

Embora as leis brasileiras reconheçam a importância dessa relação no contexto educacional da criança com e sem deficiência, infelizmente essa interação não se concretiza na prática. Ou seja, se a escola se constitui como espaço do conhecimento e aprendizagem e esta respalda-se nos dispostos legais para sua organização, por quê essas leis não se efetivam? Quais iniciativas têm sido adotadas pela escola para enfrentar os impedimentos para essa interação?

Muitas famílias desconhecem seus direitos, sendo o ambiente escolar, em muitos casos, o espaço de construção desse conhecimento. Portanto, cabe à escola repensar a sua organização por meio de investigação situacional e disseminar essas informações a fim de estabelecer um diálogo e cooperação com as famílias e resolver os conflitos que impedem essa interação.

Isto posto, como categoria de análise das pesquisas, identificamos algumas dimensões que podem contribuir para essa interação: Comunicação; escuta dos profissionais; reuniões com famílias de pessoas com deficiência; troca de informações e respeito.

O estudo de Oliveira (2018) evidencia que a comunicação é um fator importante que contribui para a relação família e escola. Ou seja, ela desempenha um papel importante no fortalecimento dessas relações, uma vez que contribui para equilibrar as expectativas dos pais em relação ao processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, incentivando um envolvimento mais ativo da família nesse processo. Por isso, é fundamental que a escola mantenha os pais, frequentemente, informados sobre os procedimentos metodológicos desenvolvidos em sala de aula, buscando compreender suas perspectivas e preferências em relação ao processo de ensino do seu filho.

Nesse contexto, percebe-se que a intervenção precoce, o envolvimento ativo dos familiares e a comunicação são fatores que influenciam e colaboram não apenas para a interação entre escola e família, mas também para a permanência do aluno com deficiência na escola. Essas experiências destacam a importância de incluir os familiares não só quando existe necessidade, mas de forma regular, visando identificar e mitigar sinais de desistência, desmotivação, exclusão e preconceito.

Quando a escola busca construir estratégias para mediar a comunicação e o diálogo com os familiares de alunos com deficiência, constrói-se um relacionamento de cooperação, onde “ao invés de excluir o aluno da escola e negligenciar as suas necessidades, ambos passam a pensar juntos em busca de soluções para o melhor aproveitamento do espaço escolar por estes indivíduos” (Lopes, 2021, p. 60). Além disso, o mesmo autor destaca que a construção de uma relação de respeito entre escola e família favorece o sentimento de

pertencimento, confiança e competência. Essa prática contribui para o estabelecimento de vínculos da família com a escola e colabora para a valorização da diversidade.

Assim sendo, é fundamental que a família busque engajar-se ativamente, enquanto os profissionais precisam promover estratégias para que os pais se sintam parte desse processo. Pois, quanto maior é o engajamento, melhor são os resultados e avanços em termos emocionais, intelectuais e sociais. Dessa forma, compreende-se que a relação entre família e escola deve ser uma construção bidirecional, caracterizada pela reciprocidade em igual medida.

A escuta é outro fator importante que contribui para a interação entre família e escola, em que Oliveira (2018) destaca que quando esta é promovida pela escola e direcionada aos familiares, constrói-se um espaço de aprendizagem mais estreito entre essas instituições. Desse modo, a escola deve acolher as sugestões dos pais e responsáveis, incorporando-as ao planejamento escolar. Essa participação ativa da família promove uma educação centrada no aluno e a construção de uma rede de apoio.

Com frequência, a participação da família no contexto escolar é limitada devido à percepção da escola de que os pais não têm a capacitação necessária, resultando assim, na visão de que esses familiares têm pouco a agregar à escola. Dessa forma, os pais ficam em uma posição passiva de apenas ouvir, receber o boletim escolar, ir às reuniões de pais e outras situações associadas a cobranças e responsabilidades, sem estabelecer um ambiente democrático no qual os pais de fato possam expressar a sua opinião, dar sugestões e contribuir com ideias sem serem impedidos ou ignorados.

É notório que no contexto escolar, quando se fala sobre inclusão, todas as iniciativas voltadas para promoção dessa inclusão tendem a se concentrar na pessoa com deficiência, negligenciando assim outras partes integrantes do ambiente escolar, como os familiares. Mantoan (2003) destaca que uma escola se define como uma instituição de ensino de qualidade, quando ela consegue, sobretudo, ter como parceiras as famílias na elaboração e no cumprimento do projeto escolar. Portanto, como podemos afirmar que uma escola é genuinamente inclusiva quando esta exclui aqueles que são essenciais para colaborar com a efetivação da inclusão escolar e assegurar os direitos da pessoa com deficiência?

Ouvir as famílias desses indivíduos é essencial para compreender suas necessidades e expectativas. Essa abordagem permite aos profissionais da educação conhecer a dinâmica familiar e adaptar suas práticas. É fundamental que os professores mantenham contato de forma regular com os familiares através de conversas individuais ou em grupos, eventos convidativos com temáticas que chame a atenção da família a partir das suas necessidades

individuais, estabelecer canais de comunicação que estejam de acordo com as condições materiais dos pais e responsáveis; demonstrar disponibilidade e respeito aos pais para conversar e oferecer apoio adicional quando identificar famílias mais fragilizadas e com demandas mais específicas, a fim de construir uma relação afetiva e favorável ao processo de ensino aprendizagem da pessoa com deficiência.

Ferreira (2022) ressalta que quando a família se compromete em fornecer informações sobre as potencialidades dos seu filho, estas colaboram para que os professores desenvolvam ações pedagógicas mais centradas nas especificidades do aluno. Essa prática é essencial, pois contribui para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno, utilizando as informações fornecidas pelos pais como base.

Oliveira (2005) destaca que a assistência oferecida aos familiares colabora com o processo de aceitação do diagnóstico do filho, ao mesmo tempo em que favorece a construção de um ambiente mais afetivo entre escola e família, auxiliando os pais no desenvolvimento de técnicas mais assertivas para identificar as potencialidades do seu filho, colaborando para sua autonomia.

Observa-se que a falta de aceitação dos pais diante do diagnóstico do filho com deficiência é um fator significativo que prejudica o processo de ensino e aprendizagem. Muitos pais reagem negativamente quando a escola ou profissionais de saúde identificam alguma especificidade na criança e procuram a família para fornecer orientações sobre o diagnóstico. Nesse contexto, é compreensível que ao receber um diagnóstico as famílias enfrentam dificuldades para aceitar, pois geralmente não estão preparadas para essa descoberta. Dessa forma, é importante oferecer apoio contínuo e acompanhamento às famílias nesse momento para construir uma rede de apoio ao longo desse processo.

Percebe-se que essa resistência se dá devido alguns pais encararem a deficiência como uma doença, devido à falta de conhecimento sobre o assunto. Diante disso, a escola assume um papel muito importante na educação e conscientização dos pais sobre o que é a deficiência e como lidar com ela de maneira construtiva.

Nesse contexto, uma das formas de promover essa aceitação é através das reuniões com famílias de pessoas com deficiência. Lopes (2021) destaca que estas reuniões proporcionam um ambiente de acolhimento, em que as famílias compartilham suas experiências e estabelece uma relação de troca e apoio emocional e psicológico entre si. Essa prática contribui para tornar o ambiente escolar mais inclusivo e acessível a todos. Ao compartilhar suas vivências, os pais não só ajudam outros familiares a lidar com os desafios

que surgem, mas também propiciam sentimentos de esperança, solidariedade, segurança e empatia.

Por meio do trabalho colaborativo entre escola e família, foi possível observar algumas contribuições desta segunda para o contexto escolar da pessoa com deficiência. Oliveira (2021) aponta que a presença da família no ambiente educacional contribui para a diminuição do índice de evasão escolar.

Garcia, Cia e Capellini (2022) consideram que o envolvimento ativo da família na escola favorece o desenvolvimento motor, afetivo, psicológico, social e intelectual do aluno. Além disso, destacam que os alunos modificam seu desempenho de forma positiva por meio de mudanças no comportamento, sucesso acadêmico, assiduidade, redução de reprovação e baixa desistência escolar. Cabral, Falcke e Marin (2021) ressaltam que essa participação contribui para a melhoria da concentração nas atividades propostas e na interação com os colegas.

Percebe-se que o problema da evasão escolar ainda é um tema muito presente no ambiente escolar, sendo permeado por diversos fatores econômicos, sociais e culturais. Porém, quando essa realidade se manifesta no contexto de pessoas com deficiência, como no caso da minha cunhada com Síndrome de Down, em que mencionei anteriormente o abandono precoce da escola sem qualquer intervenção preventiva, só reafirma uma observação feita por Mantoan (2003, p. 31),

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores.

Nesse contexto, considerar o problema da evasão escolar como mero “abandono” é uma concepção equivocada, pois sugere erroneamente que a culpa é exclusivamente da pessoa que opta por não continuar na escola. Em vez disso, é mais apropriado caracterizar esse problema como um caso de exclusão, uma vez que frequentemente esses indivíduos são confrontados com um cenário que os coloca em uma posição em que deixar o ambiente escolar parece ser a única opção viável.

Portanto, é importante compreender que os pais representam um papel fundamental na superação das barreiras que impedem a efetivação da inclusão no contexto escolar. Assim, as principais reivindicações e engajamentos devem partir dos pais, em busca de uma escola de qualidade que atenda e garanta os direitos dos seus filhos. Nesse sentido, o envolvimento ativo da família potencializa as ações práticas da escola e viabiliza a implementação de políticas em prol de um objetivo comum: a inclusão escolar dos alunos com e sem deficiência.

“Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu”. (Mantoan, 2003, p. 30).

Portanto, compreende-se que o papel da família no contexto escolar do aluno com deficiência é muito importante para o enfrentamento desses conflitos presentes na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que, atualmente, existem vários estudos que destacam a importância do vínculo entre família e escola para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. O estabelecimento de uma relação mais próxima com os profissionais da educação é um fator que pode auxiliar os pais a adotarem técnicas e métodos eficazes para se desenvolver em casa com seus filhos. Contudo, as pesquisas têm mostrado que, na maioria das vezes, isso tem ocorrido de forma passiva e, geralmente, está imerso em alguma situação-problema.

Após a análise e discussão apresentadas ao longo deste estudo foi possível compreender a importância da relação entre escola e família para o contexto educacional da pessoa com deficiência. Além disso, foram identificados fatores que contribuem para a participação dos familiares no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, verificou-se a existência de lacunas que têm dificultado o estabelecimento dessa interação, como a falta de assistência aos familiares, ausência de espaços democráticos que estimulem essa participação, necessidade de professores capacitados, bem como a falta de articulação entre tais instituições.

Dessa forma, torna-se necessário que as escolas desenvolvam estratégias mais flexíveis que incentivem a participação dos familiares, a fim de incluí-los de forma mais efetiva no processo educacional dos filhos, conforme destacado na Declaração de Salamanca (Espanha, 1994, p. 9) “Pais e voluntários deverão ser convidados a participar de forma ativa nas atividades da escola”.

Como já mencionado, os fatores econômicos, históricos e culturais presentes no seio familiar exercem influência no processo de ensino e aprendizagem da criança com e sem deficiência. Portanto, é necessário que as instituições de ensino busquem compreender a dinâmica familiar na qual a criança está inserida, a fim desenvolver abordagens pedagógicas que melhor possam atendê-la.

Por isso, é inegável a lacuna na formulação de políticas voltadas para as famílias das pessoas com deficiência. Diante disso, recomenda-se a implementação de políticas que ofereçam apoio tanto econômico quanto psicológico, a fim de lhes conceder dignidade, não apenas durante a vida da pessoa com deficiência, mas também após o seu falecimento. Como por exemplo, a implementação de iniciativas de fiscalização que compreendam o contexto das famílias e estabeleçam legislações que não apenas assegurem os direitos das pessoas com deficiência, mas também de seus familiares.

Em resumo, esse estudo corrobora para que sejam implementadas políticas públicas que promovam a participação da família da pessoa com deficiência no contexto escolar, a fim de aprimorar as relações entre essas instituições e desenvolver um trabalho mais colaborativo. Além disso, aponta para possíveis direções de pesquisas futuras que se concentrem na exploração do contexto familiar como espaço de educação não formal para pessoas com deficiência. Essas investigações podem abordar áreas não contempladas neste estudo e incluir uma análise da dinâmica familiar e suas implicações pedagógicas no contexto educacional da pessoa com deficiência por meio de entrevista ou estudo de caso, com o objetivo de desenvolver estratégias específicas para atender as necessidades desses alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

_____. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).

_____. Presidência da República. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre **a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 30 de jan de 2024.

CABRAL, C. S.; FALCKE, D.; MARIN, A. H.. **Relação Família-Escola-Criança com Transtorno do Espectro Autista: Percepção de Pais e Professoras**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. e0156, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/STKcXJNwvxqhGk5QKh8WpLP/#>. Acesso em: 18 set. 2023.

CELIO SOBRINHO, R.; ALVES, E. P. **A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional**. *Educar em Revista*, n. 49, p. 323–338, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300018>. Acesso em: 27 mar. 2023.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. DA C.. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 17, n. 36, p. 21–32, jan. 2007.

FERREIRA, Ewelyn Pinheiro. **Avaliação da intensidade de apoio do aluno com deficiência intelectual: implicações para o contexto familiar e educacional**. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13651943. Acesso em: 15 set. 2023.

GARCIA, L. M.; CIA, F.; CAPELLINI, V. L. M. F. **A relação família e escola na visão de professores após curso de formação continuada**. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 35, p. e41/1–17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X65571>. Acesso em: 15 set. 2023.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Especiais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. 160 p.

LIZEO, Lígia Maria De Almeida. **Relação família e escola de alunos com transtorno do espectro autista matriculados no ensino fundamental I**. Orientador: Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo. 2021. 129 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Campus Araraquara, [S. l.], 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11072136. Acesso em: 15 set. 2023.

LIMA, M. da S.; SANTOS, J. O. L. dos. **Atendimento Educacional Especializado: articulação entre professor do AEE, da sala comum e família do aluno PAEE em duas Escolas Públicas do Município de Parintins (AM)**. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e45/1–24, 2023. DOI: 10.5902/1984686X71940. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71940>. Acesso em: 15 set. 2023.

LOPES, Nice Cleudes Borges. **Educação Inclusiva e os Desafios da Relação Entre a Escola e a Família: a experiência da Rede Municipal de São Luís**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd.

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 192 f. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13992>. Acesso em: 18 set. 2023.

LIMA, Oscarina Alves de. **Educação inclusiva e família: uma abordagem entre as legislações e as percepções teóricas**. 2018. 76 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Faculdades Est. Programa de pós-graduação em teologia oscarina Alves de Lima, [S. l.], 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_304e9d4ca262ff8ff489e1e5bcc0d422/Description#tabnav. Acesso em: 30 set. 2023.

LIMA, S. R.; MENDES, E. G.. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 2, p. 195–208, maio 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PgRXmvHmtHzLwTMskSZSv8s/#>. Acesso em: 15 set. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MELLO, Marcelo Henrique De. **Educação especial e políticas públicas: o papel da família e das instituições de educação**. Orientador: Marli do Carmo Cupertino. 2021. 68 p. Dissertação (Graduação) - Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga, Ponte Nova, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11497407. Acesso em: 15 set. 2023.

MENDES, E. G.. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387–405, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m#>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NUNES, S. DA S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E.. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família**. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106–1119, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdZxy4yHrX9Lz9txCtQ7c#>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, C. B. E. DE.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.. **A relação família-escola: interseções e desafios**. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 1, p. 99–108, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/abstract/?lang=pt#>. Acesso em : 15. set. 2023.

OLIVEIRA, Luzanira Alves de. **Importância da Família no Processo de Educação Inclusiva**. 2003. 42f.- TCC (Monografia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Treinamento e Desenvolvimento, Especialização em Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino Fortaleza (CE), 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37633>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OLIVEIRA, Thaylla Ribeiro de. **A contribuição da família nos processos de aprendizagem de estudantes com TEA**. 2022. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em

Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão - Ufma, Codó, 2022. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/5771>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, Nonília Alice Quirino de. **Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança**: análise da revista brasileira de educação especial. 2018. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Humanas, Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação - Ce, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14172?locale=pt_BR. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: Princípios e Fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de iniciar agradecendo ao meu Deus, autor e consumidor da minha vida, cujo amor, bondade e presença tem sido constante ao longo de toda essa jornada. Agradeço a força e a determinação provenientes Dele, que me encorajaram a perseverar e me asseguraram sua companhia constante.

Também quero expressar minha sincera gratidão pela minha família, em especial ao meu pai e minha mãe, cujo amor e apoio foram essenciais ao longo desse processo.

Não poderia deixar de mencionar minha gratidão ao meu amado esposo, que sempre esteve ao meu lado, celebrando minhas conquistas, me motivando e sendo minha fortaleza nos momentos difíceis.

Agradeço minhas melhores amigas, minha amiga de curso e as pessoas próximas que, de alguma forma, contribuíram com orações e manifestaram o seu apoio, acreditando em meu potencial, me motivando a não desistir e torcendo para que esse dia chegasse.

Agradeço aos meus pastores e líderes espirituais que sempre estiveram orando por mim, e que foram figuras fundamentais no início da minha trajetória acadêmica, me acolhendo em suas casas.

Quero agradecer, especialmente, a minha cunhada, Rita, que tem Síndrome de Down e foi e continua sendo a minha maior fonte de inspiração e luz sobre o caminho que quero percorrer em minha vida profissional.

Também quero expressar a minha sincera gratidão a minha digníssima orientadora por todo apoio, ensinamentos e orientações valiosas, com que esse processo se tornasse ainda mais significativo e especial.

Agradeço a banca examinadora pela oportunidade de defender meu trabalho perante pessoas a qual tenho uma grande estima e admiração. Agradeço especialmente, por todos os conhecimentos compartilhados e pelas orientações valiosas para o aprimoramento da minha pesquisa.

Por fim, não poderia deixar de expressar minha gratidão pela oportunidade de cursar minha graduação na Universidade Federal Rural do Semi Árido- Campus Angicos. Agradeço a todo corpo docente da instituição pelos ensinamentos que serviram de base para meu crescimento pessoal e acadêmico. Também agradeço aos demais funcionários e colaboradores que tornaram possível toda essa trajetória de diferentes formas. Meus mais sinceros agradecimentos a todos que fazem parte da UFRSA- Angicos.